

Title: Tourism for the 21<sup>st</sup> Century - Proceedings of the CIT 2015

Editor: Vânia Costa – Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

Copyright: © IPCA - Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

ISBN: 978-989-99465-1-4

<i>MÃE SOBERANA – TURISMO, TRADIÇÃO E GENTES</i> _(ID179) .....	1006
<i>PLATAFORMA CULTURAL: DIFUNDINDO INFORMAÇÕES DA PRODUÇÃO CULTURAL EM DIAMANTINA/MG, UMA BUSCA POR AMPLIAÇÃO E SOFISTICAÇÃO DA FORMAÇÃO DE UMA BASE DE DADOS DA CULTURA REGIONAL</i> _(ID180) .....	1030
<i>O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DAS PROPRIEDADES RURAIS: ANÁLISE DE TRÊS CASOS NO BRASIL</i> _(ID182).....	1042
<i>DESMISTIFICANDO O TURISMO SOLIDÁRIO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DO GOVERNO DE MINAS GERAIS</i> _(ID183).....	1056
<i>A PAISAGEM COMO RECURSO TURÍSTICO: O CASO DA ZONA RAIANA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MINHO</i> _(ID186).....	1084
<i>PARA ALÉM DA VIDA QUOTIDIANA. AMOR E SEXUALIDADE EM CONTEXTO TURÍSTICO: RESULTADOS PRELIMINARES DE UMA PESQUISA EXPLORATÓRIA NO ALGARVE (PORTUGAL)</i> (ID187).....	1109
<i>DESTINATION COMPETITIVENESS AND COMPETITIVENESS INDICATORS: ILLUSTRATION OF THE PORTUGUESE REALITY</i> (ID190).....	1132
<i>EFFECTS OF HOTEL CHARACTERISTICS ON ROOM RATES IN LISBON: A HEDONIC PRICE APPROACH</i> _(ID193) .....	1153
<i>TELHADOS E PAREDES VERDES - UM CONTRIBUTO PARA ECO CIDADES COMO FATOR DE VALORIZAÇÃO TURÍSTICA/ REDES DE COLABORAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E VALORIZAÇÃO DO TURISMO. ESTUDO DO DESTINO SERRA DA ESTRELA</i> (ID196).....	1166
<i>DO PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO À DENOMINAÇÃO “CIDADE CRIATIVA DA GASTRONOMIA”</i> (ID197).....	1177
<i>PARQUES NATURAIS DE MONTESINHO E DOURO INTERNACIONAL: DOIS ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL</i> .(ID198).....	1200
<i>RESIDENTS’ SOCIO-ECONOMIC PERCEPTIONS OF AN INTERNATIONAL FAIR</i> _(ID199) .....	1231
<i>EL “COSTUMER JOURNEY” DEL TURISTA RURAL EN ESPAÑA. PRIMERA PROPUESTA CIENTÍFICA A PARTIR DEL OBSERVATORIO DE TURISMO RURAL (OTR) EN ESPAÑA, UN PROYECTO DE TRANSFERENCIA DE CONOCIMIENTO EN EL SECTOR TURÍSTICO</i> (ID200) ...	1243
<i>TURISMO GASTRONÓMICO E SUSTENTABILIDADE - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO REALIZADO AOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS DE 4 E 5 ESTRELAS DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL</i> _(ID201).....	1255
<i>GASTRONOMIC TOURISM AND SUSTAINABILITY IN PORTO AND NORTH OF PORTUGAL</i> _(ID202) .....	1280
<i>TOURISM DEMAND MODELING AND FORECASTING WITH ARTIFICIAL NEURAL NETWORK MODELS: THE MOZAMBIQUE CASE STUDY</i> _(ID205).....	1298
<i>MODELAÇÃO DA PROCURA TURÍSTICA PARA MOÇAMBIQUE</i> _(ID206).....	1316
<i>FATORES DE ELEIÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO ALTO TRÁS-OS-MONTES: UMA ANÁLISE MULTIVARIADA</i> _(ID207).....	1333
<i>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO APLICADO À REGIÃO NORTE DE PORTUGAL</i> (ID208).....	1345
<i>A UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS NA PERSPETIVA DAS EMPRESAS DE TURISMO EM ESPAÇO RURAL</i> _(ID209).....	1361
<i>O MARKETING NO TURISMO RELIGIOSO E DE PEEGRINAÇÃO: O CASO DOS CAMINHOS DE SANTIAGO</i> _(ID216) .....	1386

**PARQUES NATURAIS DE MONTESINHO E DOURO INTERNACIONAL: DOIS  
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL E  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL.  
(ID198)**

**José Paulo Ribeiro de Castro**

Instituto Politécnico de Bragança – Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de  
Mirandela  
Rua João Maria Sarmento Pimentel, Apartado 128  
, 5370 - 326 Mirandela  
Tel: 967000202  
e-mail: castrogeo@ipb.pt

**Maria José Afonso Magalhães Rodrigues**

Instituto Politécnico de Bragança – Escola Superior de Educação  
Campus de Santa Apolónia  
5300-253 Bragança  
Tel: 919010947  
e-mail: mrodrigues@ipb.pt

**RESUMO/ABSTRACT**

Atualmente o crescimento das atividades turísticas em áreas protegidas está associado a modelos de desenvolvimento em que deve haver compatibilização com a conservação ambiental, o uso racional dos recursos e as atividades económicas daí decorrentes. Resulta, assim, que o turismo deva evoluir de acordo com princípios do desenvolvimento sustentável e dos princípios da preservação da natureza, de acordo com os princípios da educação ambiental. O presente estudo enquadra-se numa investigação no âmbito do turismo sustentável, educação ambiental nos parques naturais de Montesinho e do Douro Internacional que tem como objetivo conhecer de que forma se pode dinamizar a educação ambiental e desenvolver o sustentável do turismo. Trata-se de uma investigação, essencialmente, quantitativa. Para a recolha dos dados recorreremos ao inquérito por questionário aos empreendimentos turísticos, visitantes dos parques e associações locais e entrevista aos presidentes de câmaras. Dos resultados obtidos destaca-se que os visitantes apresentam uma opinião positiva sobre a visita aos parques e consideram que é importante o desenvolvimento do turismo e da educação ambiental. Em relação aos empreendimentos turísticos que participaram no estudo, os responsáveis são da opinião que os parques são uma mais-valia para a região e tem uma opinião favorável sobre o desenvolvimento do turismo sustentável nas áreas em estudo. No que concerne às associações, verificou-se que as atividades que desenvolvem não estão vocacionadas para o turismo. Concluimos que é necessário orientar as iniciativas e ações de desenvolvimento do turismo sustentável e educação ambiental dos diversos agentes que atuam nos Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional, Turismo Sustentável, educação ambiental

### **Turismo, conservação da natureza e áreas protegidas.**

Nas sociedades ocidentais a conservação da natureza é um conceito relativamente recente que surge no limiar do século XX como corolário das profundas reformas industriais agrícolas e florestais introduzidas na Europa durante os séculos XVIII e XIX e concomitantemente dos desequilíbrios e disfunções demográficas sentidos à escala planetária (MA, 1999, p. 5).

A tomada de consciência de um conjunto de problemas ambientais que emergem, resultado das novas dinâmicas territoriais, leva vários países a declararem diversos espaços naturais como “Área Protegida” (A.P) no sentido de preservar o património natural e cultural evitando, desta forma, a sua destruição maciça e acelerada.

Entendemos que os espaços naturais, em sentido estrito, são aqueles que não foram objeto de intervenção do Homem. Evoluíram de forma espontânea e apresentam um estado de pureza antes de serem ocupados pelas atividades do Homem. Mantêm um nível de conservação dos seus valores naturais bastante elevado e constituem verdadeiros reservatórios de recursos naturais.

As primeiras declarações de A.P estão ligadas a motivações de ordem naturalista e tiveram a sua primeira expressão nos Estados Unidos da América do Norte. Com efeito, já em 1872 foi criado o National Park Yellowstone. Na Europa, surgem os primeiros parques naturais no início do século XX e a sua génese prende-se não só com as preocupações ambientalistas na preservação de espécies, mas também com interesses de certas elites da população desejosas de estabelecer uma relação com a natureza.

O conceito de área protegida remete para a existência de um estatuto legal de proteção de um espaço natural com base nas suas características ecológicas, ambientais, patrimoniais, paisagísticas e culturais.

As designações de proteção mais conhecidas a nível mundial são a de “Parque Nacional”, "Parque Natural" ou "Reserva Natural" embora existam outras classificações, mas sempre com o objetivo de preservação do património natural e cultural. Um aspeto importante é que os termos utilizados englobam tanto uma gama de áreas protegidas onde a entrada de visitantes é limitada e de áreas protegidas onde o enfoque é a conservação do ambiente mas é permitida a entrada de visitantes ou áreas protegidas com objetivos de conservação menos restritivos e que se integram com os modos de vida humanos tradicionais (Dudley, 2008).

Em Portugal a criação das áreas protegidas ocorreu nos anos setenta, do século XX, na sequência da adoção legislativa específica cujo enfoque contempla a proteção da natureza, incluindo os valores ditos naturais, subjacentes a um certo tipo de paisagem. O estabelecimento de uma Rede Nacional de Áreas Protegidas foi, sem dúvida, um marco importante na perspetiva de conservação do património natural. Contudo, o grande incremento na criação de áreas protegidas foi dado nos finais da década de oitenta, do anterior século (Castro, 2004).

### **Turismo sustentável e educação ambiental**

Atualmente o crescimento das atividades turísticas em A.P está associado a modelos de desenvolvimento em que deve haver compatibilização com a conservação ambiental o uso racional dos recursos e as atividades económicas daí decorrentes. Resulta, assim, que o turismo deva evoluir de acordo com princípios do desenvolvimento sustentável entendido como um processo que satisfaz as necessidades das gerações

atuais sem pôr em perigo a satisfação das necessidades das gerações futuras e dos princípios da preservação da natureza. O termo “sustentável”, amplamente divulgado e inserido em diversos âmbitos da sociedade, também se aplica ao desenvolvimento do turismo. Sobre este tema, a OMT (1999, p. 22) entende que

el desarrollo sostenible atiende a las necesidades de los turistas actuales y de las regiones receptoras y al mismo tiempo protege y fomenta las oportunidades para el futuro. Se concibe como una vía hacia la gestión de todos los recursos de forma que puedan satisfacerse las necesidades económicas, sociales y estéticas, respetando al mismo tiempo la integridad cultural, los procesos ecológicos esenciales, la diversidad biológica y los sistemas que sostienen la vida.

De acordo com os princípios de sustentabilidade, expressos em diversos estudos, nomeadamente de Angelevska-Najdeskaa & Rakicevik (2012); Sharpley (2010); Butler (1999); PNUMA & OMT (2006) e OMT (2004), o desenvolvimento do turismo, segundo essa perspetiva, pode trazer fortes benefícios no quadro ambiental, social e económico.

As A.P propiciam diversos benefícios, nomeadamente a proteção de espécies de fauna e flora, preservação de bacias hidrográficas ou melhoria da qualidade ambiental. A investigação científica específica, a educação ambiental (E.A) e expansão das atividades turísticas são outras ou funções inerentes às áreas protegidas.

Na esteira de Mangano (2005) também consideramos que os benefícios ambientais que decorrem das A.P são patentes no desenvolvimento do turismo ao promoverem a preservação ambiental e recursos naturais e culturais. Neste contexto, devem estabelecer-se as condições ideais que permitam a implementação das modalidades turísticas mais adequadas que garantam a conservação das A.P.

No que concerne aos benefícios no domínio económico as atividades turísticas em A.P podem contribuir para o desenvolvimento sustentado das regiões rurais tradicionalmente mais deprimidas economicamente. Criação de postos de trabalho, aumento da qualidade de vida, receitas geradas pelo turismo são, entre outros, potenciais benefícios do desenvolvimento do turismo em A.P. O desenvolvimento do turismo em A.P é gerador de emprego, quer no setor, quer nas diversas atividades económicas relacionadas com a gestão dos recursos. Também, contribui para a diversificação das economias locais, especialmente as zonas rurais onde o emprego é mais precário. É um forte estimulante para a agricultura ao fomentar a oferta de produtos tradicionais e conseqüente geração de receitas. Pode, também, estimular o desenvolvimento e aperfeiçoamento das infraestruturas de transportes e comunicações locais, trazendo benefícios para as populações locais. Se o turismo for devidamente organizado e planeado pode constituir um mecanismo de auto financiamento para as entidades gestoras das A.P e servir de instrumento para a sua conservação e preservação do ambiente (Eagles, McCool & Haynes, 2002).

Do elenco de atividades recreativas que ocorrem nas A.P, a educação ambiental é uma componente considerada de grande importância. Pela variedade de abordagens e práticas concretas e pela importância demonstrada em relação à E.A, destacamos a definição elaborada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO):

Environmental education is a learning process that increases people’s knowledge and awareness about the environment and associated challenges, develops the necessary skills and expertise to address the challenges, and fosters attitudes, motivations, and commitments to make informed decisions and take responsible action (UNEP, 2003, p. 3).

### **Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional**

A rede nacional de áreas naturais protegidas foi estabelecida, em 1993, através do Decreto-Lei n.º 19/93, engloba as categorias de Parque Nacional, Parques Natural, Reserva Natural, Monumentos Natural, Paisagens Protegida e Sítio de Interesse Biológico e Reservas e Parques Marinhos.

O PNM foi reclassificado de acordo com os novos critérios estabelecidos pelo aludido Decreto-Lei, através do Decreto Regulamentar n.º 5-A/97 de 4 de abril. No seu preâmbulo pode ler-se que

no Parque Natural de Montesinho encontram-se populações e comunidades animais representativas da fauna ibérica e europeia ainda em relativa abundância e estabilidade, incluindo muitas das espécies ameaçadas da fauna portuguesa, bem como uma vegetação natural de grande importância a nível nacional e mesmo mundial. A reduzida pressão humana verificada em quase todo o seu território permite que grande parte dos processos ecológicos evoluam em padrões muito próximos dos naturais (Decreto Regulamentar n.º 5-A/97 de 4/04).

A importância da preservação e salvaguarda do património natural também é patente nos objetivos ao focar-se a necessidade de

Preservar as espécies animais e vegetais e os habitats naturais que apresentem características peculiares, quer pela sua raridade e valor científico, quer por se encontrarem em vias de extinção; Preservar os biótopos e as formações geológicas, geomorfológicas e espeleológicas notáveis; preservar ou recuperar os habitats da fauna migratória; preservar os locais que apresentem um interesse especial e relevante para a evolução natural dos processos ecológicos; preservar e conservar o património natural e paisagístico de todos os impactes negativos que possam resultar direta ou indiretamente de atividades humanas (Decreto Regulamentar n.º 5-A/97 de 4/04).

Da enunciação consta ainda a necessidade de

Promover um modelo de desenvolvimento sustentado, demonstrativo de uma estreita articulação entre a gestão e preservação do património natural e a valorização das manifestações humanas locais; Instituir a participação e o envolvimento ativo da população local na prossecução dos objetivos do Parque Natural; valorizar todas as manifestações peculiares da cultura local; criar condições que propiciem o lazer e o recreio, numa perspetiva de sensibilização e educação ambiental (Decreto Regulamentar n.º 5-A/97 de 4/04).

Estamos perante um elenco de objetivos em que há uma clara preocupação com a proteção dos valores naturais, do património cultural e no desenvolvimento sustentável económico e social da população local. Relativamente ao PNDI, nas décadas de oitenta e noventa do século passado, de diversos estudos relativos à fauna e flora existentes nesta área foram, entre outros, motivos para iniciar o processo da sua classificação como área protegida. Uma das primeiras medidas foi desencadeada com a criação da Comissão Instaladora que desenvolveu todo o trabalho conducente à criação do PNDI. Nesta sequência, através da Resolução n.º 53/96, de 5 de Junho, foi constituída uma Comissão que teve a incumbência de elaborar uma proposta de criação de uma área protegida no Douro Internacional. Após os trabalhos desenvolvidos pela Comissão que integrava o Instituto da Conservação da Natureza, Câmaras Municipais, representante do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, a proposta de classificação foi aprovada em Conselho de Ministros de 30 de dezembro de 1997. A instituição legal do PNDI ocorreu com a publicação do Decreto Regulamentar n.º 8/98, de 11 de Maio. No território do Douro Internacional

estamos em presença de um património natural que, associado às atividades humanas e ao património cultural local, confere a esta região características muito próprias. A conjugação

destes elementos justifica a sua classificação como parque natural, tendo em vista a adoção de medidas que permitam a valorização das suas características mais relevantes, nomeadamente dos pontos de vista natural, paisagístico, socioeconómico e cultural (Decreto Regulamentar n.º 8/98, de 11/05).

Este excerto no preâmbulo, do referido Decreto Regulamentar, justificou a adoção de medidas de salvaguarda do património natural e cultural do Douro Internacional e, nesta sequência, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Valorizar e conservar o património natural e o equilíbrio ecológico, através da preservação da biodiversidade e da utilização sustentável das espécies, habitats e ecossistemas;
- b) Promover a melhoria da qualidade de vida das populações, em harmonia com a conservação da natureza;
- c) Valorizar e salvaguardar o património arquitetónico, histórico e cultural, com integral respeito pelas atividades tradicionais, designadamente a Região Demarcada do Douro, a mais antiga região demarcada do mundo;
- d) Ordenar e disciplinar as atividades recreativas na região, de forma a evitar a degradação dos elementos naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região (Decreto Regulamentar n.º 8/98, de 11/05).

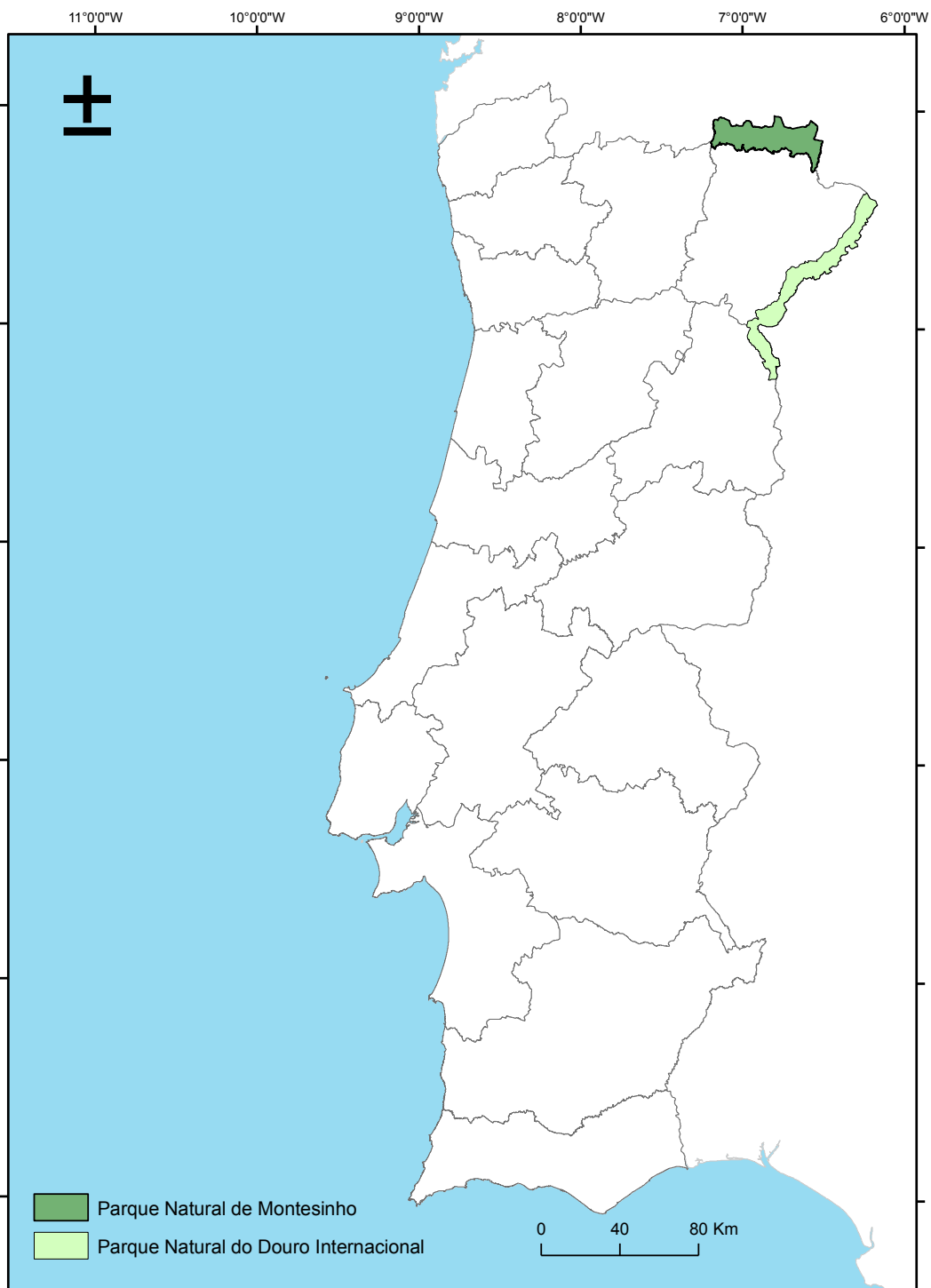
Por estes objetivos podemos verificar que o desiderato principal é a conservação e preservação do ambiente. Há, também, uma preocupação com a salvaguarda do património cultural da região e de desenvolvimento das atividades turísticas desde que sejam corretamente ordenadas e compatíveis com o ambiente. A interpretação dos objetivos do PNDI permite, também, afirmar que se pretende conservar o património natural através da sua utilização sustentável e é reconhecido o papel da atividade económica na conservação do ambiente e a necessidade de promover a qualidade de vida dos habitantes.

### **Localização e caracterização dos Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional**

O PNM e PNDI estão situados na região norte de Portugal, nos distritos de Bragança e Guarda (Figura n.º 1). O PNM está localizado no extremo nordeste transmontano, na designada Terra Fria Transmontana. Confronta a norte, este e a oeste com o país vizinho de Espanha. A sul é delimitado por uma linha imaginária que liga Vinhais e Bragança. Administrativamente está situado no distrito de Bragança e nos territórios dos municípios de Vinhais e Bragança. Ocupa uma área total de 74.600 hectares.

O PNDI está repartido pelos distritos de Bragança e Guarda e abrange os municípios de Miranda do Douro, Mogadouro Freixo de Espada à Cinta e Figueira Castelo Rodrigo com uma superfície aproximadamente de 85.500 hectares. Integra as sub-regiões de Alto Trás-os-Montes Douro da NUT II norte e a sub-região Beira Interior norte da NUT II centro.

Figura n.º 1 - Localização dos Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional



Fonte: ICN (2013)

Base cartográfica: DGT (2013)

### Breves considerações metodológicas e apresentação dos resultados

Com se afirmou anteriormente o objetivo central desta comunicação é apresentar alguns dos resultados obtidos no âmbito do trabalho de investigação que decorreu nas aludidas áreas protegidas. Os dados apresentados foram obtidos através de inquérito por questionário (I.Q) aplicado aos visitantes, empreendimentos turísticos e associações legalmente constituídas e existentes nos parques.

O trabalho empírico desenvolveu-se e decorreu em diferentes fases. Numa fase inicial, realizou-se a compilação e leitura de bibliografia referente a estudos de caso semelhantes, cujos instrumentos de recolha de informação empírica contivessem elementos com possibilidade de adequação ao nosso estudo de caso.

Em fase posterior, procedeu-se à construção do guião do questionário de acordo com os objetivos previamente traçados. Para detetar eventuais erros e verificar a necessidade e alterações nas questões foi efetuado um pré-teste. A versão final do questionário foi estruturada em diversos blocos de questões.

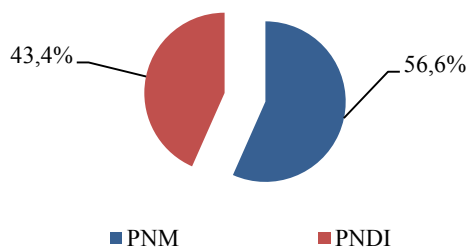
Relativamente à fase de recolha de dados, procedeu-se à recolha de informação atinente aos visitantes, empreendimentos turísticos e associações existentes nos parques.

Passamos, de seguida, a uma apresentação e análise a alguns dos resultados obtidos no estudo.

### Visitantes do PNM e PNDI

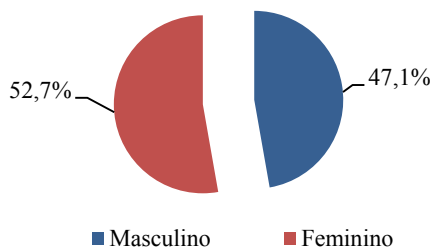
A amostra é constituída por 452 indivíduos dos quais 256 (56,6%) visitaram o PNM e os restantes 196 (43,4%) visitaram o PNDI (Figura n.º 2).

Figura n.º 2 - Distribuição dos visitantes por parque visitado



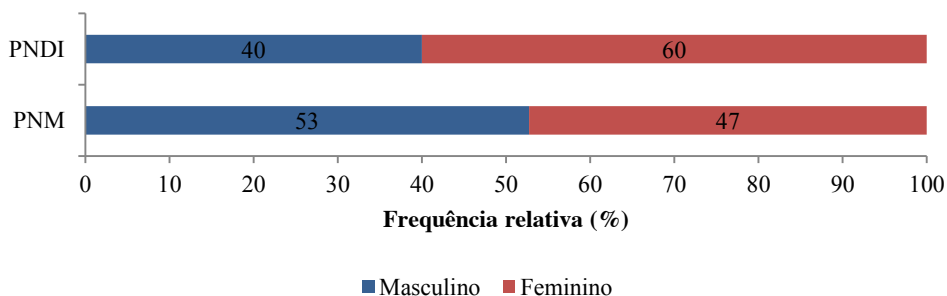
Quanto ao género da totalidade dos visitantes (Figura n.º 3), pode verificar-se que a amostra se distribui de forma homogénea e que 47,1% (213) são do sexo masculino e 52,7% (238) do feminino, que corresponde a 213 e 238 visitantes, respectivamente.

**Figura n.º 3 - Distribuição dos visitantes de acordo o género**



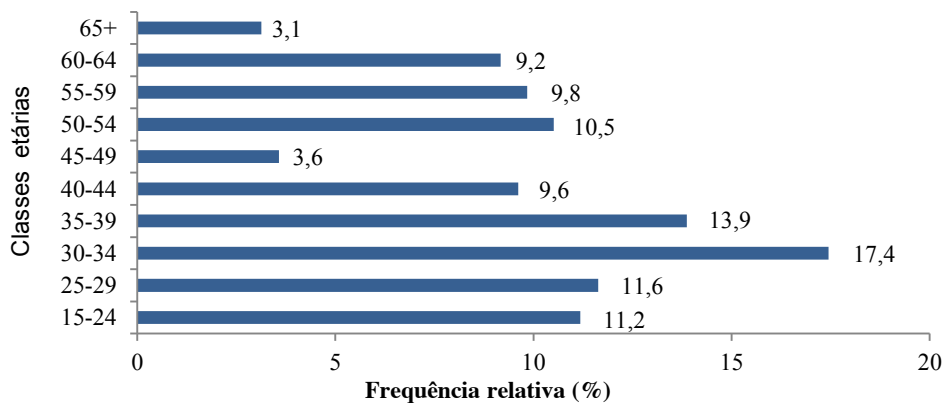
Para o mesmo indicador, relativamente ao parque visitado, verifica-se que 40% dos visitantes, no PNDI, são homens e 60% são mulheres. No PNM 53% dos visitantes são homens e 47% são mulheres (Figura n.º 4).

**Figura n.º 4 - Distribuição dos visitantes de acordo com o género e o parque visitado**



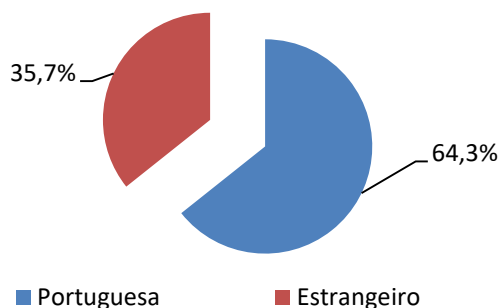
Apurou-se que se trata de visitantes principalmente adultos cuja faixa etária mais frequente é dos 30 a 34 anos com 17,4% dos inquiridos, seguindo-se o grupo etário dos 35 a 39 anos com 13,9%. As classes etárias menos frequentes são as dos 45 a 49 anos e a dos indivíduos com mais de 65 anos (Figura n.º 5).

**Figura n.º 5 - Distribuição dos visitantes por classe etária**



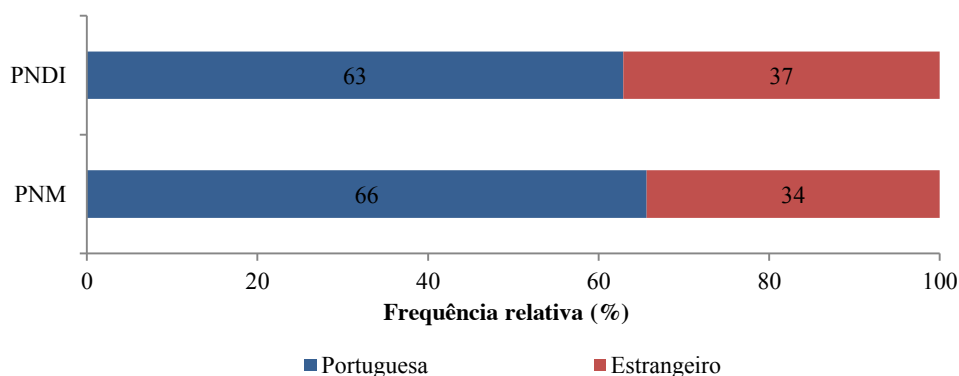
Relativamente à origem dos inquiridos, pode observar-se, na Figura n.º 6, que 63,1% dos inquiridos são portugueses, 35,6% são estrangeiros e 1,3% são emigrantes.

**Figura n.º 6 - Distribuição dos visitantes segundo a nacionalidade**



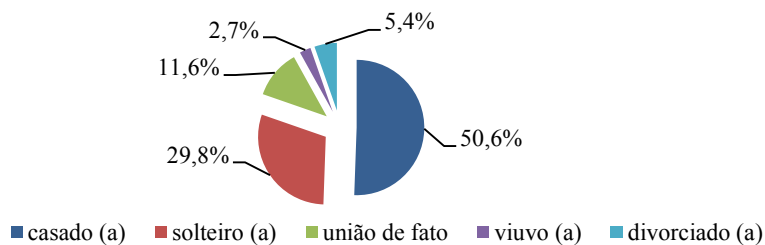
Tendo em conta o parque visitado, verifica-se a seguinte distribuição percentual (Figura n.º 7): no PNDI, 63% são portugueses e 37% estrangeiros. No PNM 66% são portugueses e 34% dos visitantes são de origem estrangeira.

**Figura n.º 7 - Distribuição dos visitantes segundo a nacionalidade e parque visitado**



Quanto ao estado civil, observamos que 50,6% dos visitantes são casados, 29,8% solteiros, 11,6% vivem em união de facto e os restantes visitantes são viúvos (2,7%) ou divorciados (5,4%) (Figura n.º 8).

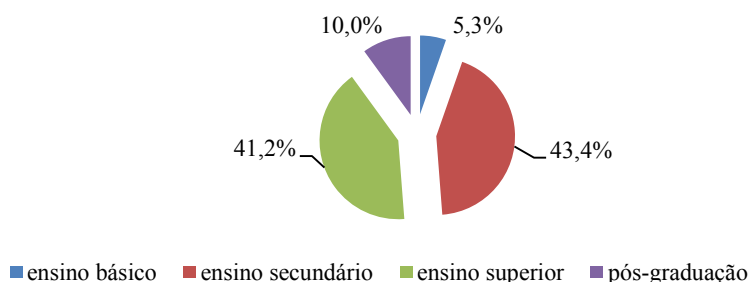
**Figura n.º 8 - Distribuição dos visitantes por estado civil**



No que concerne às habilitações literárias, verifica-se que há uma predominância dos visitantes com o

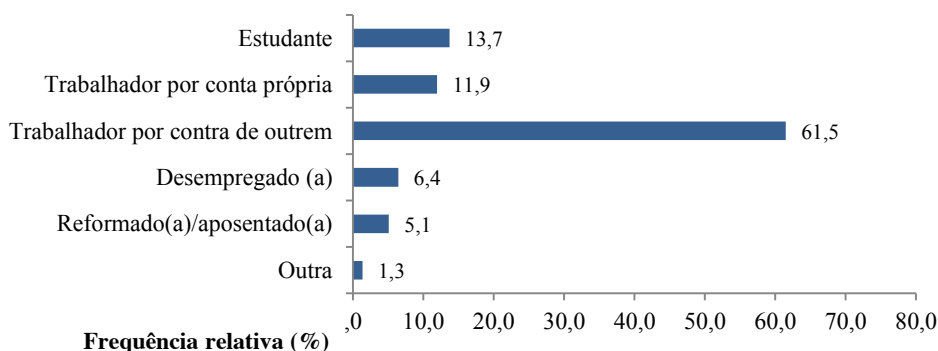
ensino secundário (43,4%) e superior (41,2%), 10% com pós-graduação e uma reduzida percentagem (5,3%) de visitantes detentores do ensino básico (Figura n.º 9).

**Figura n.º 9 - Habilitações literárias dos visitantes**



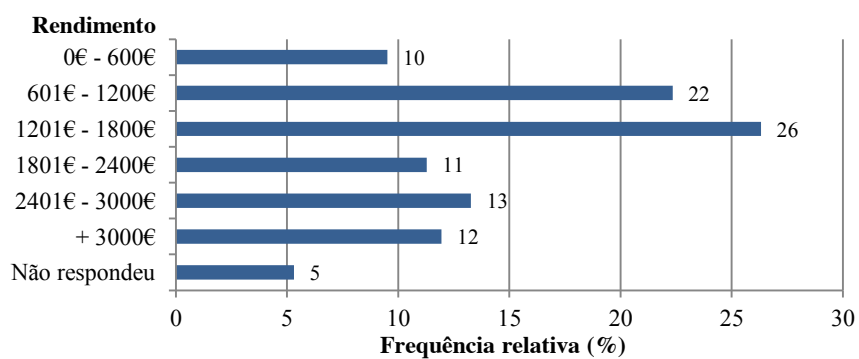
No que concerne à condição perante a profissão dos visitantes, 61,5% são trabalhadores por conta de outrem, 13,7% são estudantes e 11,9 % são trabalhadores por conta própria. Os restantes estão desempregados, reformados ou têm outra situação profissional (Figura n.º 10).

**Figura n.º 10 - Distribuição dos visitantes segundo a condição perante a profissão**



Relativamente ao rendimento mensal auferido pelos visitantes dos parques elaboramos a Figura n.º 11 com os resultados. Salienta-se que 5% dos visitantes não responderam à questão. Os intervalos de rendimentos com maiores percentagens de respostas engloba um grupo de visitantes que auferem entre 601€ - 1200€ (22%) e 1201€ - 1800€ (26%). O conjunto seguinte engloba os visitantes que auferem rendimentos mensais entre 2401€ - 3000€ (13%) e superiores a 3000€ (12%). Um terceiro grupo inclui os visitantes cujos rendimentos mensais são entre 0€ - 600€ (10%) e 1801€ - 2400€ (11%).

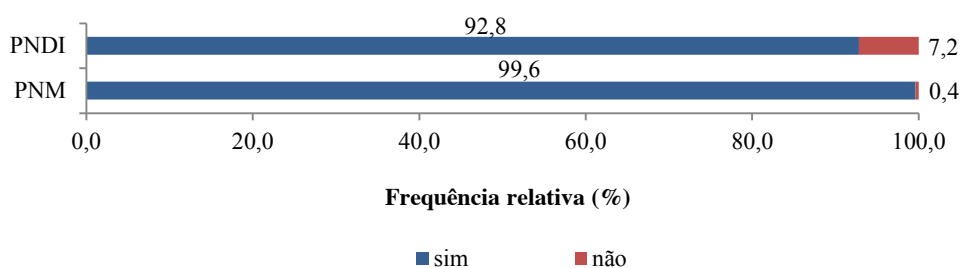
**Figura n.º 112 - Distribuição dos visitantes segundo o rendimento mensal auferido**



### Organização e desenvolvimento da visita ao Parque Natural de Montesinho e do Douro Internacional

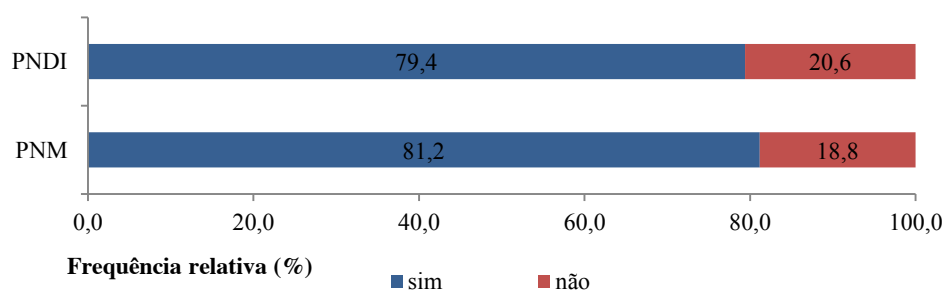
Quando questionados sobre se tinham conhecimento de estarem num parque natural (Figura n.º 12), verificou-se que 99,6% dos visitantes que visitaram o PNM e 92,8%, no PNDI, afirmaram ter esse conhecimento.

**Figura n.º 12 - Conhecimento dos visitantes que estão num parque natural**



Pretendia-se saber se os inquiridos já tinham efetuado visitas a outras A.P nos últimos dois anos. Cerca de 80% dos visitantes, em ambos os parques, afirmam ter ido a A.P protegidas nos últimos dois anos (Figura n.º 13).

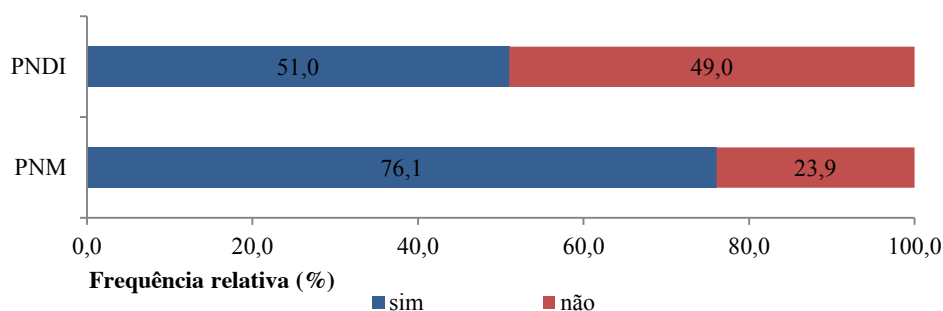
**Figura n.º 13 - Visitas a outras áreas protegidas nos últimos dois anos**



Quando questionados se foram visitar propositadamente o parque natural, 51% dos visitantes, no PNDI

afirmaram terem feito a visita com esse objetivo. No PNM a percentagem dos visitantes que afirmou ter ido propositadamente visitar o parque alcançou 76,1% (Figura n.º 14).

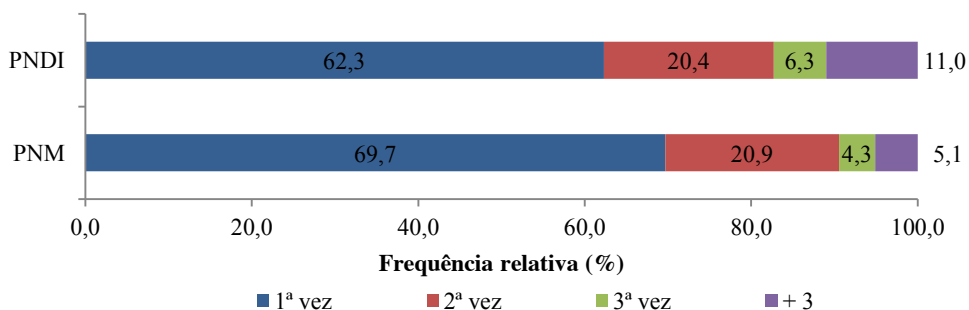
**Figura n.º 14 - Visita propositadamente o parque**



Relativamente ao número de visitas já efetuadas aos parques, salientamos os seguintes resultados (Figura n.º 15):

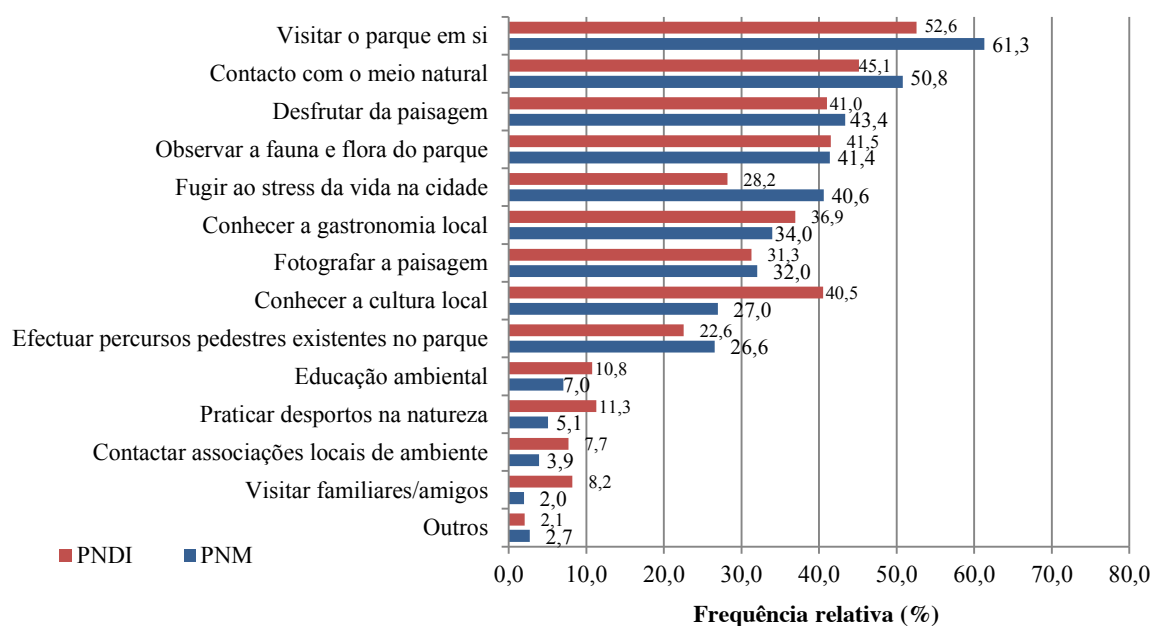
- 62,3% e 69,7% dos visitantes do PNDI e PNM efetuaram a visita pela primeira vez.
- 20% dos visitantes, em ambos os parques, fizeram-no pela segunda vez.
- 6,3% dos visitantes, no PNDI, e 4,3%, no PNM, afirmaram ter sido a 3.ª visita efetuada aos parques.
- 11% dos inquiridos do PNDI e 5,1% no PMN responderam ter efetuado mais de três visitas.

**Figura n.º 15 - Número de visitas efetuadas ao PNM e PNDI**



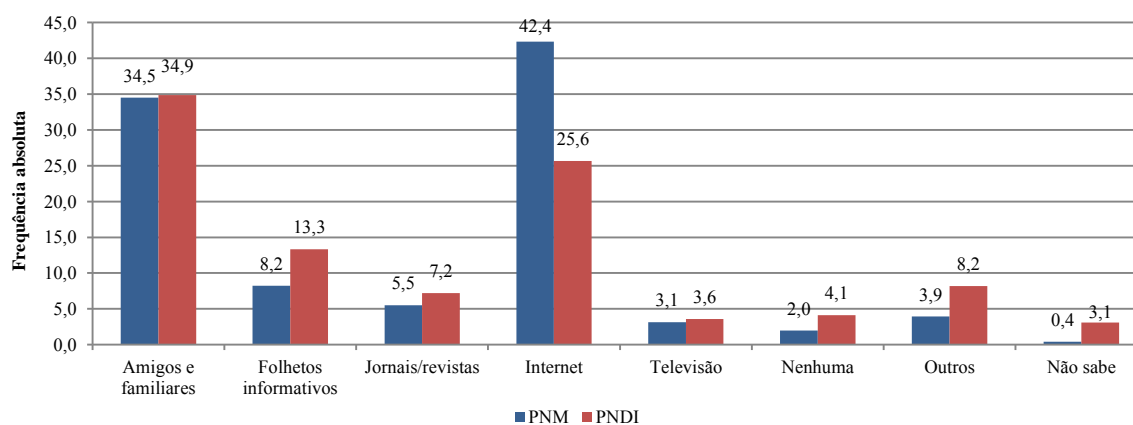
Quanto aos motivos justificativos da visita, no PNM (Figura n.º 16), os mais indicados pelos visitantes foram: “visitar o parque em si” (61,3%), “contacto com o meio natural” (50,8%), “desfrutar da paisagem” (43,4), “observar a fauna e a flora do parque” (41,4%) e “fugir ao *stress* da vida na cidade” (40,6%). As principais motivações da visita que os visitantes do PNDI (Figura n.º 16) assinalaram foram: “visitar o parque em si” (52,6%), “contacto com o meio natural” (45,1%), “observar a fauna e a flora do parque” (41,5%), “desfrutar da paisagem” (41,0%) e “conhecer a cultura local” (40,5%).

**Figura n.º 16 - Motivos da visita ao PNM e PNDI**



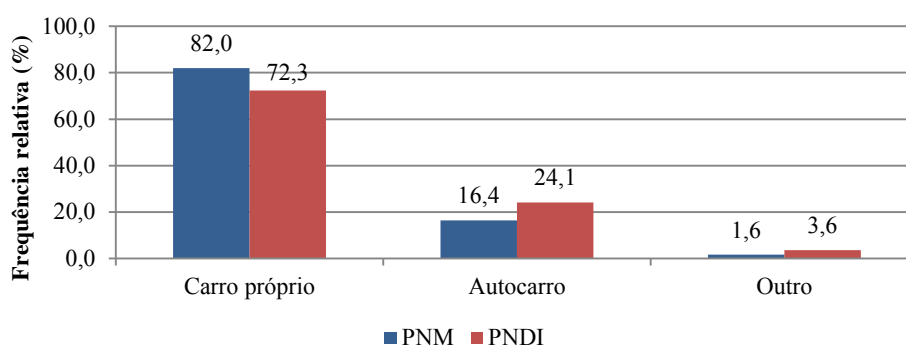
Quando inquiridos sobre as fontes de informação utilizadas para organizar a visita ao parque, os visitantes do PNM privilegiaram a “internet” (42,4%), os “familiares e amigos” (34,5%) e “folhetos informativos” (8,2%). Os visitantes do PNDI recorreram, para além das anteriores fontes, a “outras fontes” (8,2%) e “jornais e revistas” (7,2%), com maior frequência (Figura n.º 17).

**Figura n.º 17 - Fontes de informação utilizadas para a organização da visita ao PNM e PNDI**



Os resultados sobre o meio de transporte utilizado para visitar os parques podem ser observados na Figura n.º 18. A maioria dos visitantes do PNM (82%) utilizaram “carro próprio”, 16,4% efetuaram a deslocação em “autocarro” e apenas 1,6% recorreram a “outro” meio de transporte”. No PNDI, 72,3% dos visitantes deslocaram-se em “carro próprio”, 24,1% de “autocarro” e 3,6% usaram “outro” meio de transporte.

**Figura n.º 18 - Meio de transporte utilizado na deslocação ao PNM e PNDI**



No que concerne ao número de acompanhantes na visita aos parques, os resultados aparecem na Figura n.º 19. Com efeito, os grupos mais numerosos (+ de três pessoas) correspondem a 31,3% dos visitantes do PNM e 29,4% do PNDI.

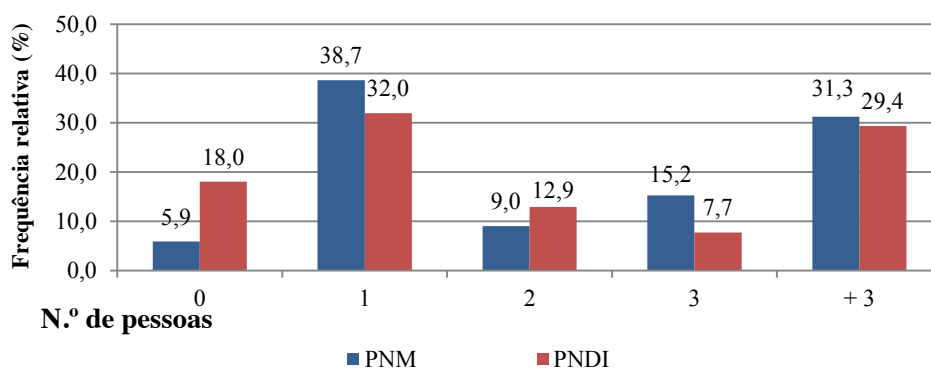
A percentagem de visitantes que vieram acompanhados por três pessoas tem uma representatividade mais elevada no PNM, com 15,2%; No PNDI tem apenas 7,7%.

Os visitantes que vieram acompanhados de duas pessoas totalizaram 19,2% no PNDI e, este grupo, no PNM totalizou 9,0%.

O grupo menos numeroso, composto por um acompanhante, tem uma representatividade de 32,0% no total dos visitantes do PNDI e 38,7% de visitantes do PNM vieram acompanhados por uma pessoa.

De salientar que 18% dos visitantes do PNDI realizaram a visita sozinhos, sendo essa percentagem de 5,9% no PNM.

**Figura n.º 19 - Número de acompanhantes na visita ao PNM e PNDI**

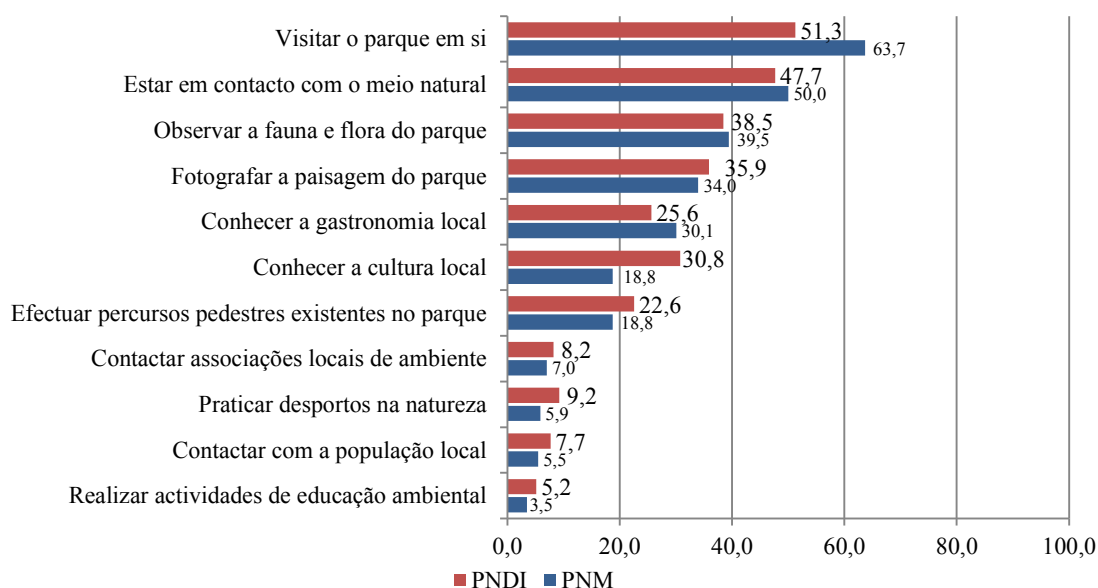


Na Figura n.º 20 apresentam-se os resultados das respostas à questão sobre as atividades realizadas durante a visita aos parques. Podemos observar que as atividades mais realizadas pelos visitantes têm as mesmas escolhas, em ambos os parques. No PNM 63,7% dos visitantes “visitar o parque em si” constituiu uma das atividades mais realizadas, “estar em contacto com o meio natural” (50,0%) foi a segunda atividade mais assinalada e 39,5% dos visitantes efetuaram atividades de “observar a fauna e flora do parque”.

Os visitantes do PNDI cuja atividade “visitar o parque em si” correspondem a 51,3%. Segue-se a atividade

estar “em contacto com o meio natural” (47,7%) e 38,5% dos visitantes responderam que realizaram atividades de “observação da fauna e flora do parque”.

**Figura n.º 20 - Atividades dos visitantes no PNM e PNDI**



Foi colocada uma questão aos visitantes para avaliar o grau de importância que atribuíam à existência de espaços naturais protegidos em Portugal. Pode observar-se na Tabela n.º 1 que a média global das respostas foi superior a 3,5, situando-se o grau de importância na categoria de “muito importante”.

**Tabela n.º 1 - Grau de Importância atribuído pelos visitantes à existência de áreas protegidas em Portugal**

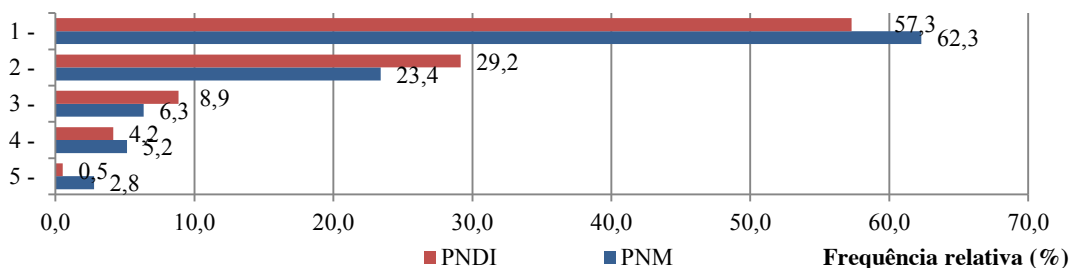
	SO	NI	PI	IM	MI	Média
PNM	2	11	0	76	166	3,58
PNDI	0	7	4	64	118	3,52

Legenda: SO: sem opinião; NI: nada importante; PI: pouco importante; IM: importante; MI: muito importante

Foi solicitado aos inquiridos para fundamentarem a sua resposta à questão anterior com base num conjunto de afirmações. Neste contexto, a maioria dos visitantes, de ambos os parques, considera que “os espaços naturais protegidos contribuem para a preservação e conservação da biodiversidade”, ainda que com maior expressividade para os visitantes do PNM. Cerca de 30% dos visitantes do PNDI são de opinião que “os espaços naturais contribuem para o desenvolvimento do turismo sustentável” e 23% dos visitantes, do PNM, expressaram a mesma resposta. Os visitantes do PNDI (8,9%) e do PNM (6,3%) consideram que “o número de espaços naturais protegidos existentes em Portugal é suficiente” e uma pequena percentagem dos visitantes do PNM (2,8%) e do PNDI (2,8%) referiram que “os espaços naturais protegidos não contribuem para o desenvolvimento sustentável do país”. Estes resultados são apresentados na Figura n.º

21.

**Figura n.º 21 - Opinião sobre as áreas protegidas existentes em Portugal**

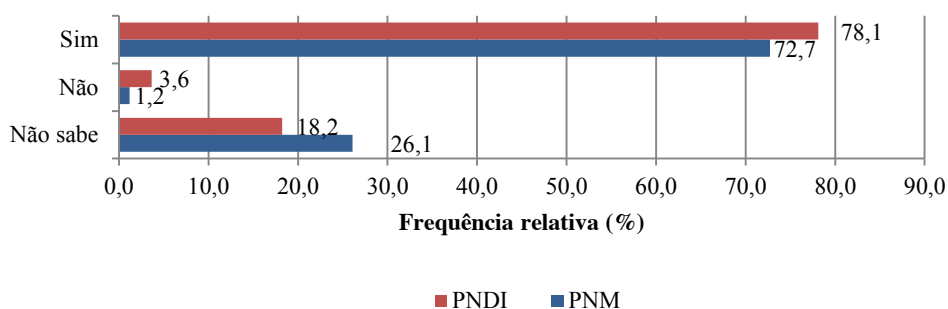


- 1 - Os espaços naturais protegidos contribuem para a preservação e conservação da biodiversidade
- 2 - Os espaços naturais protegidos contribuem para o desenvolvimento do turismo sustentável
- 3 - O número de espaços naturais protegidos existentes em Portugal é suficiente
- 4 - Os espaços naturais protegidos são importantes para a educação ambiental
- 5 - Os espaços naturais protegidos não contribuem para o desenvolvimento sustentável do país

Quando inquiridos sobre a necessidade de haver mais A.P em Portugal (Figura n.º 22), verificamos que grande maioria dos visitantes tem uma opinião favorável, ainda que com maior expressividade nos visitantes do PNDI (78,1%).

Há 26,1% dos visitantes, do PNM, e 18,2%, do PNDI, respetivamente, que não tem opinião formada sobre o assunto. Os restantes visitantes, acham que não devem existir mais A.P.

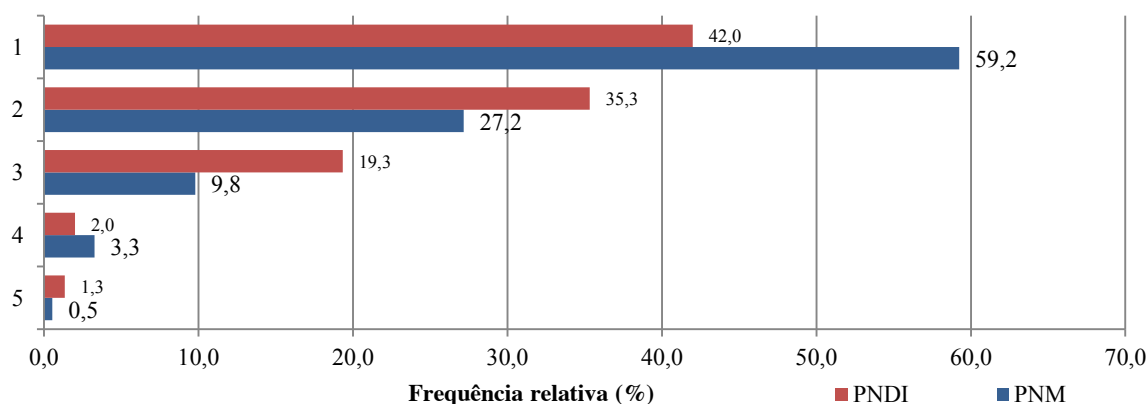
**Figura n.º 22 - Opinião sobre a existência de mais espaços com o estatuto de área protegida em Portugal**



Aos visitantes que responderam afirmativamente à questão anterior, foi-lhes solicitado que assinalassem, num conjunto de afirmações, a que melhor justificasse a sua resposta. Os resultados são apresentados na Figura n.º 23. A maioria dos visitantes do PNM (59,2%) consideram que “é importante a conservação da biodiversidade como garantia de um futuro melhor para a sociedade”, 27,2% acha “importante preservar o património natural existente nas A.P porque constituem herança futura”, 9,8% dos visitantes consideram que “as áreas protegidas são importantes para o desenvolvimento do turismo sustentável” e uma percentagem menor (3,3%) acha que “é importante a conservação da natureza porque as atividades económicas dependem disso e “as áreas protegidas são importantes para a educação ambiental”. Quanto aos visitantes do PNDI, 42% defendem que “é importante a conservação da biodiversidade como garantia de um futuro melhor para a sociedade”, cerca de 35% consideram que “é importante preservar o património natural existente nas áreas protegidas porque constituem herança futura”, 19,3% respondeu que “as áreas

protegidas são importantes para o desenvolvimento do turismo sustentável”. Uma pequena percentagem (1,3%) respondeu que “as áreas protegidas são importantes para a educação ambiental”.

**Figura n.º 233 - Razões para a existência de mais áreas protegidas em Portugal**

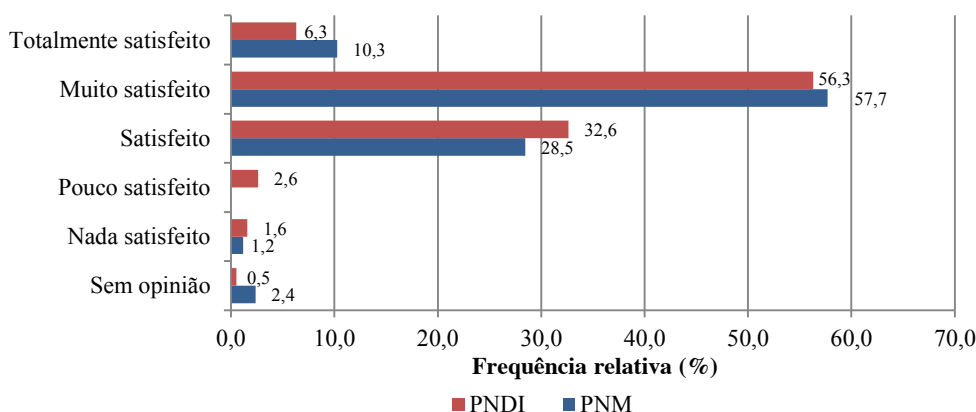


- 1 - É importante a conservação da biodiversidade como garantia de um futuro melhor para a sociedade
- 2 - É importante preservar o património cultural existente nas áreas protegidas porque constituem herança futura
- 3 - As áreas protegidas são importantes para o desenvolvimento do turismo sustentável
- 4 - É importante a conservação da natureza porque as actividades económicas dependem disso
- 5 - As áreas protegidas são importantes para a educação ambiental

Pretendeu-se avaliar o grau de satisfação dos visitantes acerca da sua visita aos parques e em relação a um conjunto de aspetos relacionados com o parque visitado.

Quanto ao grau de satisfação global com a visita, a maioria dos visitantes dos dois parques respondeu que ficaram “muito satisfeito” e cerca de 30% afirmou estar “satisfeito”. Uma pequena percentagem, nos dois parques, afirmou estar “pouco satisfeito” ou “nada satisfeito”. Obtiveram-se 0,5% de respostas, no PNDI e 2,4% no PNM “sem opinião”. Os resultados podem ser lidos na Figura n.º 4.

**Figura n.º 24 - Grau de satisfação com a visita efetuada ao PNM e PNDI**

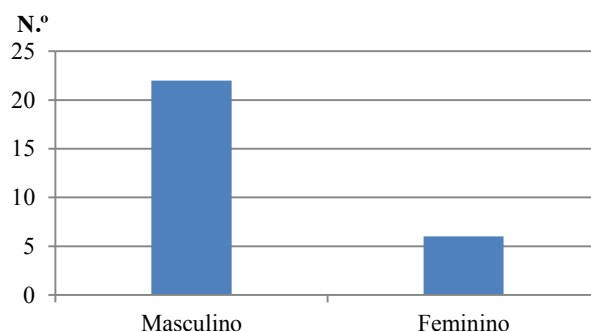


### Empreendimentos turísticos

Neste estudo colaboraram responsáveis por 28 empreendimentos turísticos, dos quais 19 pertencem ao PNM e 9 ao PNDI.

No que respeita às características demográficas a figura nº 25 mostra uma predominância dos empresários do sexo masculino. Com efeito, 22 (78,57%) empresários são homens e 6 (21,43%) são mulheres.

**Figura n.º 25 - Sexo dos empresários**



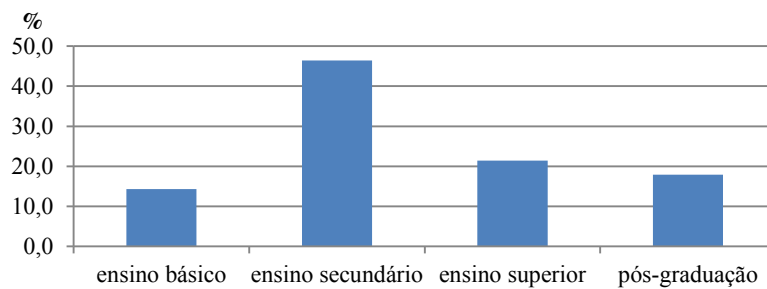
Na tabela n.º 2, referente à idade dos empresários ressalta a concentração na faixa etária dos 55-59 anos com valores de 31,1% comparativamente à faixa etária dos 50-54 anos que apresenta os segundo valor mais elevados (14,3%)

**Tabela n.º 2 - Idade dos empresários**

Classes etárias	N.º	%
25-29	2	7,1
30-34	3	10,7
35-39	3	10,7
40-44	1	3,6
45-49	0	0,0
50-54	4	14,3
55-59	9	32,1
60-64	3	10,7
65+	3	10,7
Total:	28	100,0

No que respeita à formação académica (figura n.º 26) pode observar-se que predomina o ensino secundário (46,4%) como o nível de habilitações dos empresários turísticos dos empreendimentos em estudo.

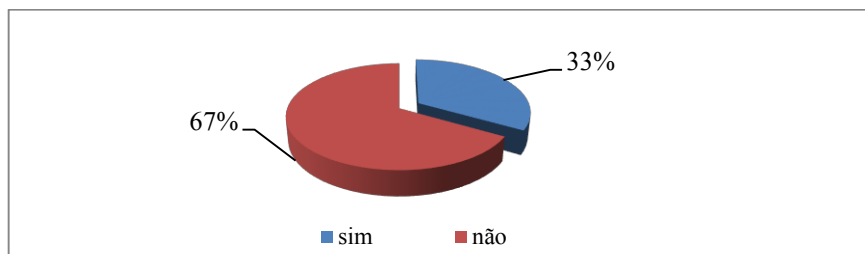
**Figura n.º 26 - Habilitações literárias dos empresários**



21,4% dos empresários possuem formação superior, 17,9% detêm pós graduação e, finalmente, 14,3% têm habilitações de nível ensino básico.

Foi colocada uma questão aos empresários se possuíam formação na área do turismo (figura n.º 27).

**Figura n.º 27 - Empresário possui formação na área do turismo?**



67% dos empresários indicaram possuir formação em turismo e 33 % responderam não ter formação naquela área.

No questionário foi incluído um conjunto de perguntas que pretendia saber, entre outros aspetos, a forma jurídica do empreendimento turístico, a tipologia e número de empreendimentos, formação aos colaboradores/empregados promovida pela entidade empregadora) e atividades disponibilizadas aos hóspedes pelo empreendimento turístico.

Na tabela seguinte (n.º 3) podem observar-se os resultados obtidos relativamente à tipologia e número de empreendimentos turísticos.

**Tabela n.º 3 - Tipologia e número de empreendimentos turísticos**

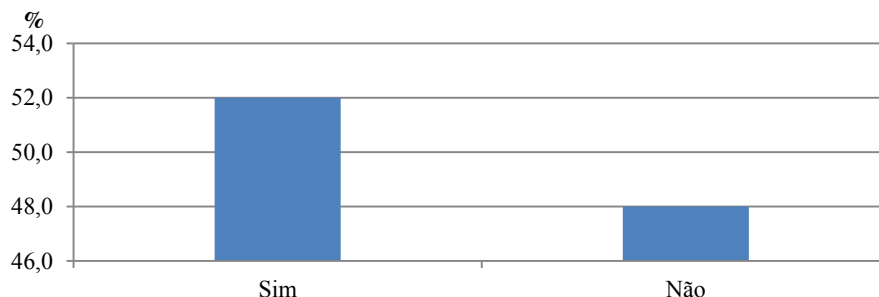
	N.º	%
Estabelecimento hoteleiro (hotel; hotel-apartamento; pousadas)	4	14,3
Empreendimento de turismo no espaço rural	20	71,4
Empreendimento de turismo de natureza	3	10,7
Outra	1	3,6
Total:	28	100,0

Com efeito, 71,4% (20) são “empreendimentos de turismo no espaço rural”. “Os estabelecimentos hoteleiros” correspondem a 14,3% (4) e os empreendimentos de turismo de natureza totalizam 10,7% (3).

Os empreendimentos de turismo no espaço rural e de turismo natureza têm um peso significativo na oferta turística dos parques.

O questionário continha um grupo de questões com o objetivo de recolher informação relacionada com os colaboradores/empregados do empreendimento turístico. Neste contexto, questionámos os empresários se promoviam formação dos seus empregados/colaboradores e as áreas de formação (figura n.º 28).

**Figura n.º 28 - O empreendimento turístico promove a formação dos seus empregados/colaboradores**



Os dados apurados revelam que 52% (13) dos empreendimentos proporciona formação dos empregados/colaboradores e 48% (12) afirmou não promover formação (figura n.º 28). Consideramos baixa a percentagem alcançada, na medida em que a formação concorre para o êxito de qualquer empreendimento com relevância para a área do turismo cuja imagem provém, em grande parte dos seus ativos laborais.

Relativamente à formação proporcionada aos empregados/colaboradores (tabela n.º 4), 28,0% dos empresários respondeu que promove formação na área da hotelaria, 24% no turismo e 12% em novas tecnologias.

**Tabela n.º 4 - Áreas em que promove formação aos empregados/colaboradores**

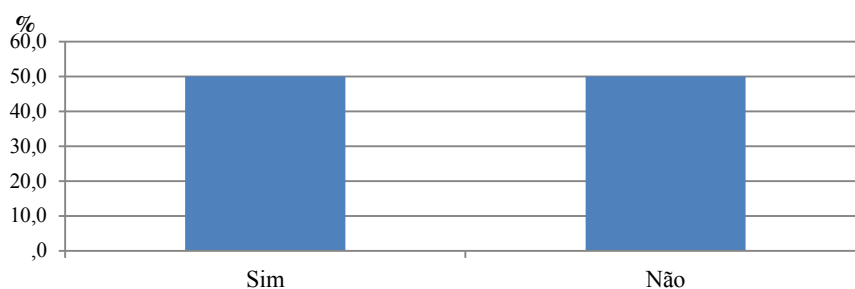
	Animação cultural		Guia turístico		Hotelaria		Turismo		Educação ambiental		Novas tecnologias		Outra	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sim	0	0,0	2	8,0	7	28,0	6	24,0	2	8,0	3	12,0	1	4,0
Não	25	100,0	23	92,0	18	72,0	19	76,0	23	92,0	22	88,0	24	96,0
Total:	25	100	25	100,0	25	100,0	25	100,0	25	100,0	25	100,0	25	100,0

Apenas 8,0% dos empresários afirmou promover formação na área de guia turístico e educação ambiental. Não se obteve nenhuma resposta positiva na área de animação cultural.

Como se constata a hotelaria e o turismo são as principais áreas de formação que os empresários proporcionam aos seus colaboradores/empregados.

Questionados os empresários se o empreendimento turístico disponibiliza atividades aos hóspedes (figura n.º 29). As respostas dividem-se em 50% afirmativas e 50% negativas.

**Figura n.º 29 - O empreendimento turístico disponibiliza atividades aos hóspedes?**



Relativamente às atividades disponibilizadas pelos empreendimentos turísticos (tabela n.º 5), verificou-se que os resultados obtidos mostram que 25% dos empreendimentos disponibilizam “atividades ligadas ao desporto de natureza”, 21,4% oferece “visitas guiadas”, os “percursos pedestres” são disponibilizados por 39,3% e 21,4% facultam “rotas temáticas” aos hóspedes.

**Tabela n.º 5 - Quais as atividades disponibilizadas aos hóspedes?**

	Atividades ligadas à defesa do ambiente		Atividades de educação ambiental		Atividades de turismo de natureza		Atividades ligadas ao desporto de natureza		Visitas guiadas		Percursos pedestres		Rotas temáticas		Outras (s)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sim	1	3,6	2	7,1	8	28,6	7	25,0	6	21,4	11	39,3	6	21,4	2	7,1
Não	27	96,4	26	92,9	20	71,4	21	75,0	22	78,6	17	60,7	22	78,6	26	92,9
Total	28	100,0	28	100,0	28	100,0	28	100,0	28	100,0	28	100,0	28	100,0	28	100,0

As “atividades ligadas à defesa do ambiente” (3,6%) e “atividades de educação ambiental” (7,1%) obtiveram respostas positivas muito reduzidas. Com respeito a estas últimas é de ressaltar a escassez de oferta de atividades relacionadas com o ambiente e educação ambiental que possibilitem ao visitante uma maior sensibilização e respeito pelo ambiente. De seguida, passamos a apresentar e a analisar os resultados obtidos sobre a opinião dos empresários dos empreendimentos turísticos relativamente ao desenvolvimento do turismo nos parques. Para o preenchimento do questionário foram utilizadas diferentes escalas de avaliação adequadas às questões.

Questionados os empresários sobre o grau de importância que atribuem à existência do parque natural (tabela n.º 6), observámos que, no PNM, 15,8% dos empresários consideram “Importante” 15,8% e 78,9% responderam “muito importante”.

**Tabela n.º 6 - Importância que os empresários atribuem à existência do Parque Natural**

	Montesinho		Douro Internacional		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Nada importante	0	0,0	1	11,1	1	3,6
Pouco Importante	1	5,3	0	0,0	1	3,6
Importante	3	15,8	2	22,2	5	17,9
Muito Importante	15	78,9	5	55,6	20	71,4
Sem opinião	0	0,0	1	11,1	1	3,6
Total:	19	100,0	9	100,0	28	100,0

No que concerne ao PNDI, 22,2% dos empresários consideram “importante” a existência do parque e 55,6% classificaram de “muito importante”.

Foi colocada uma questão aos empresários sobre o desenvolvimento do turismo nos parques naturais (tabela n.º 7).

**Tabela n.º 7 - Opinião dos empresários relativamente ao desenvolvimento do turismo no Parque Natural**

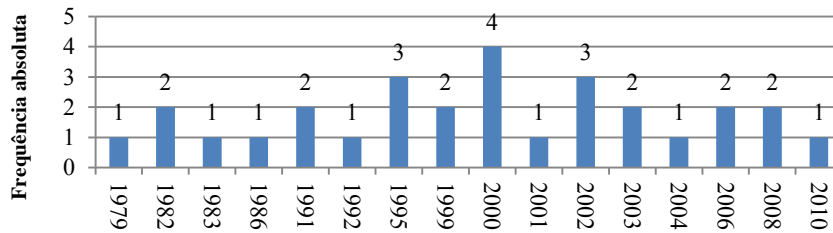
	Montesinho		Douro Internacional		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Muito pouco desenvolvido	4	21,1	2	22,2	6	21,4
Pouco desenvolvido	6	31,6	3	33,3	9	32,1
Desenvolvido	8	42,1	3	33,3	11	39,3
Muito desenvolvido	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Bastante desenvolvido	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Sem opinião	1	5,3	1	11,1	2	7,1
Total:	19	100	9	100,0	28	100,0

Os resultados revelam que 42,1% (PNM) e 33,3% (PNDI) dos empresários são de opinião que o turismo está “desenvolvido” nos parques. No PNM 31,6% e 33,3% no PNDI são de opinião que o turismo está “pouco desenvolvido”.

#### **As associações do PNM e PNDI**

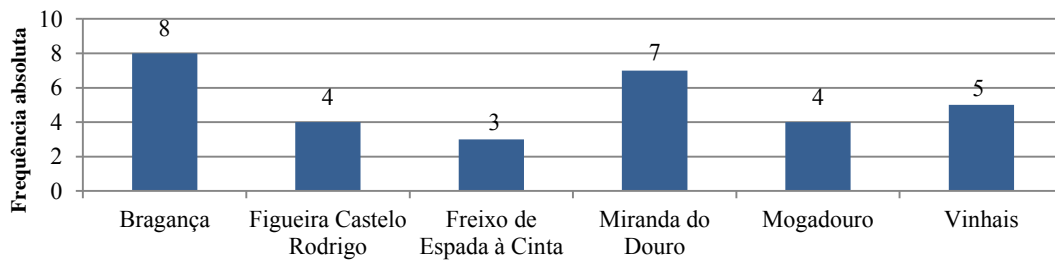
Das 31 associações que participaram neste estudo, 29 indicaram o ano da sua criação. A mais antiga foi criada em 1979 e a mais recente em 2011. No ano de 2000 foram criadas 4 associações, em 1995 e 2002 surgiram 3, sendo estes anos em que foram instaladas mais associações, como evidencia o gráfico da Figura n.º 30.

**Figura n.º 30 – Ano de criação das associações**



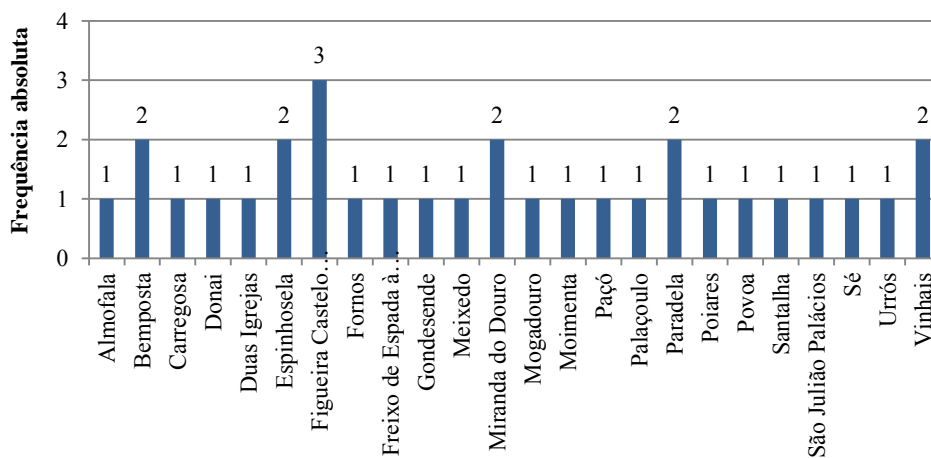
Relativamente à localização, constatamos que existem 8 em Bragança, 7 em Miranda do Douro, 5 em Vinhais, 4 em Figueira de Castelo Rodrigo e Mogadouro e 3 em Freixo de Espada à Cinta (Figura n.º 31).

**Figura n.º 31 - Concelhos onde estão localizadas as associações do PNM e PNDI**



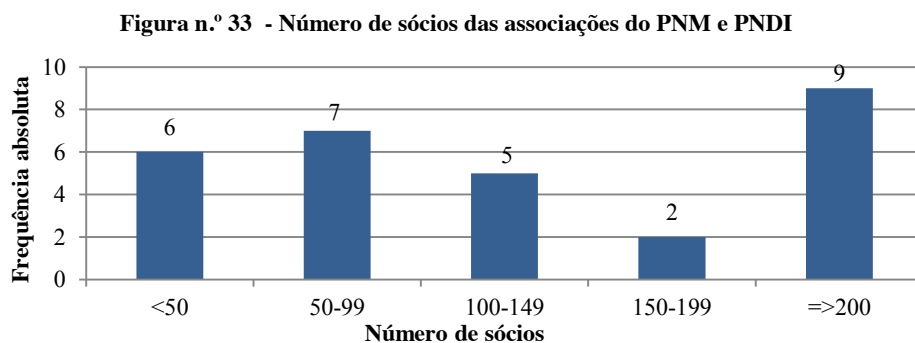
Estas associações estão distribuídas por diversas freguesias como mostra a Figura n.º 2. Pela sua leitura, destaca-se Figueira de Castelo Rodrigo com 3 associações e as freguesias de Bemposta, Espinhosela, Miranda do Douro, Paradela e Vinhais com 2 associações, respetivamente. Nas restantes freguesias existe 1 associação em cada.

**Figura n.º 32 - Freguesias onde estão localizadas as associações do PNM a PNDI**



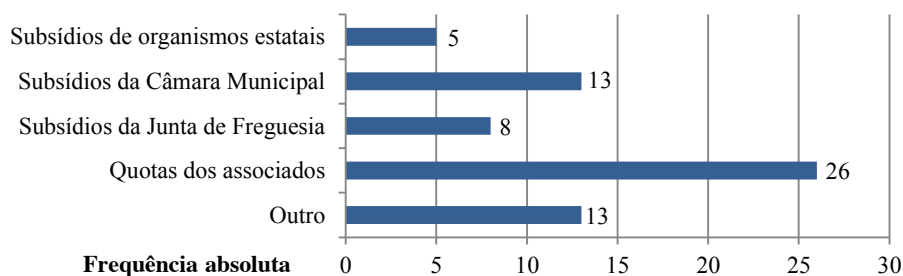
Quanto ao número de associados, obteve-se um valor mínimo de 17 e valor máximo de 1170 associados. Em termos médios, cada associação tem 179,41 associados.

Analisando a Figura n.º 33, constata-se que existem 6 associações com menos de 50 associados, 7 que têm entre 50 e 99 associados, 5 têm entre 100 e 149, duas entre 150 e 199 e 9 que têm mais de 200 associados. De salientar que apenas 29 associações indicaram o número de associados.



As associações inquiridas têm como principal fonte de rendimento as “quotas dos associados”, “subsídios das câmaras municipais” e “outras” fontes não especificadas. Apenas 8 associações indicaram obter subsídios da junta de freguesia e 5 recebem subsídios de organismos estatais ( Figura n.º 34).

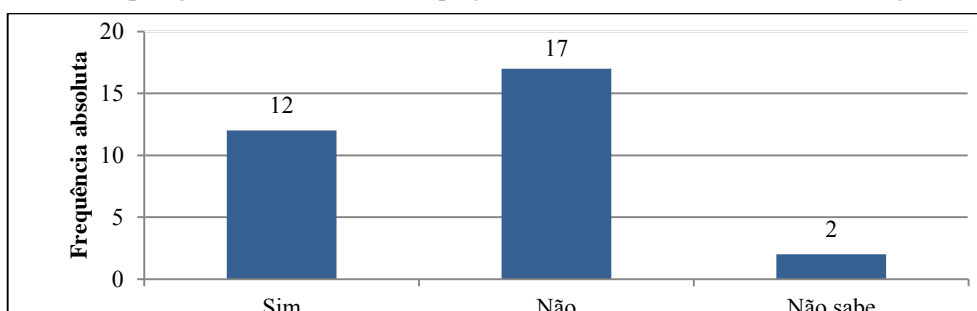
**Figura n.º 34 - Fontes de financiamento das associações do PNM e PNDI**



As associações foram questionadas sobre se o financiamento é aplicado no desenvolvimento de projetos turísticos e de educação ambiental. Os resultados obtidos apresentam-se na Figura n.º 35.

Apenas 12 associações indicaram que o financiamento é aplicado em projetos e/ou atividades turísticas e/ou de educação ambiental, 17 associações responderam que os fundos não têm esse objetivo e 2 associações reponderam, inusitadamente, não saber o destino dos fundos angariados pela associação.

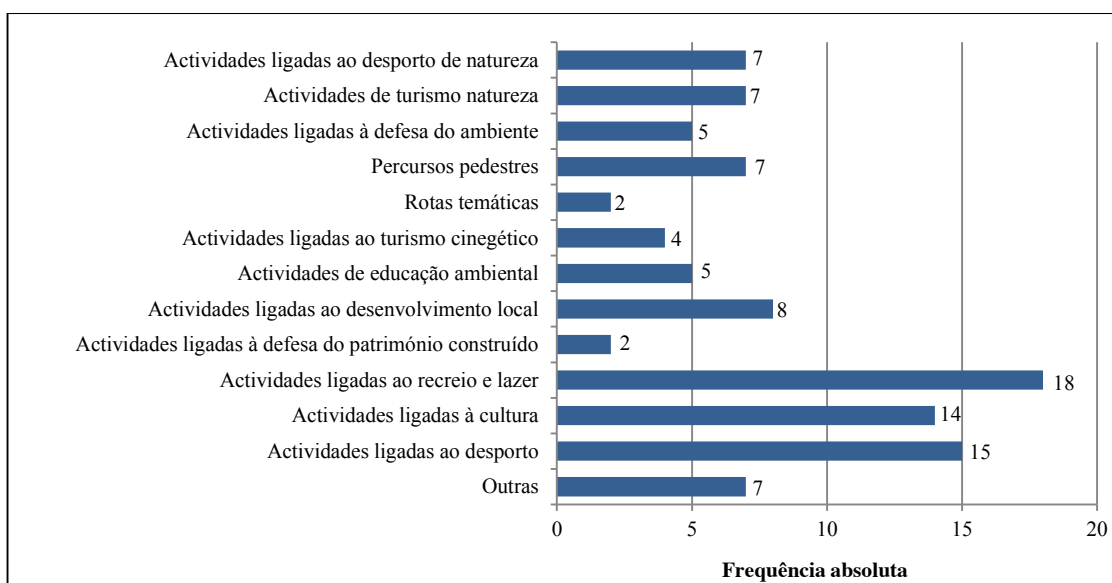
**Figura n.º 35 - Aplicação do financiamento em projetos e/ou atividades turísticas e/ou educação ambiental**



Questionamos as associações sobre a tipologia, forma de organização e área onde desenvolvem as suas atividades.

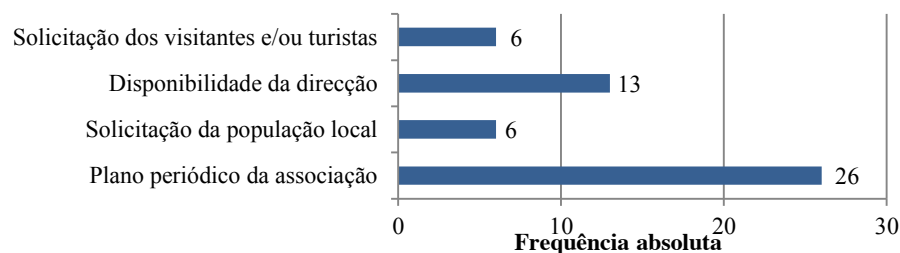
Quanto às atividades desenvolvidas pelas associações (Figura n.º 36) as mais indicadas são as “atividades ligadas ao desporto”, “atividades ligadas à cultura” e “atividades de recreio e lazer”. Consta-se que 7 associações responderam que desenvolvem “atividades ligadas ao desporto de natureza”, “Atividades de turismo natureza” e “percursos pedestres”.

**Figura n.º 36 - Atividades desenvolvidas pelas associações do PNM e PNDI**



A forma mais comum de organização dessas atividades é através de um plano periódico da associação e de acordo com a disponibilidade da direção da associação, como mostra a Figura n.º 437.

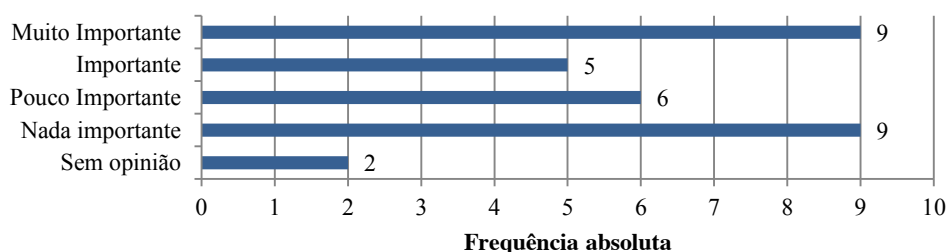
**Figura n.º 4 - Organização das atividades das associações do PNM e PNDI**



Pedi-se às associações que manifestassem o grau de importância que atribuem à existência do parque natural. Apresentam-se os resultados na Figura n.º 538.

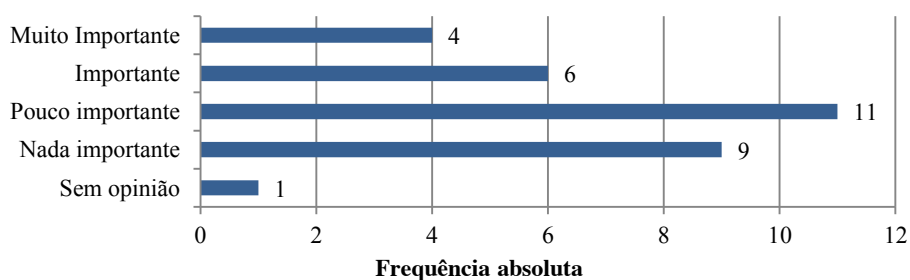
Verifica-se um igual número de respostas (9) para o grau de importância “muito importante” e “nada importante” sobre a existência dos parques naturais. 6 associações atribuíram um grau “pouco importante” e 5 associações consideraram “importante”. 2 associações não manifestaram opinião.

**Figura n.º 5 - Grau de Importância atribuído pelas associações à existência dos parques naturais**



Quanto ao impacto da existência do parque natural no desenvolvimento económico e social da região, 20 associações consideram-no “pouco importante” e “nada importante”, 11 e 9 respetivamente. 6 responderam “importante” e 4 “muito importante” (Figura n.º 39).

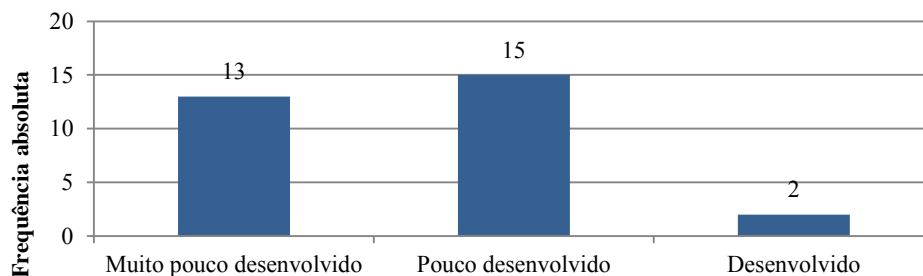
**Figura n.º 39 - Impacto do parque natural no desenvolvimento económico e social da região**



Foi colocada uma questão às associações sobre o desenvolvimento do turismo e educação ambiental nos parques. Foi-lhes fornecida uma grelha de respostas com uma escala com uma variação entre 1- muito pouco desenvolvido e 6 – sem opinião. Os resultados obtidos (Figura n.º 40) permitem constatar que as

respostas das associações variam entre “muito pouco desenvolvido”, “pouco desenvolvido” e desenvolvido”.

**Figura n.º 40 – Grau de desenvolvimento do turismo e educação ambiental no parque natural**



### **Síntese final**

Neste trabalho tivemos como desiderato, entre outros, apresentar as características e as dinâmicas que ocorrem no PNM e PNDI no que concerne aos visitantes, empreendimentos turísticos e associações locais, sobre o desenvolvimento do turismo sustentável e educação ambiental.

Do ponto de vista dos visitantes cujos elementos de investigação foram apresentados anteriormente, julgamos poder salientar alguns resultados que consideramos importantes:

- A tipologia de visitante que estudamos é constituída por homens e mulheres com idades médias compreendidas entre 30 – 34 anos. São visitantes, principalmente, casados, com habilitações académicas de nível secundário e ensino superior e com rendimento médio entre 1201€ - 1800€.
- Estamos perante visitantes cujas principais fontes de informação sobre os parques foram a internet e amigos e familiares, viajaram em carro próprio e, principalmente, acompanhados de uma ou mais de três pessoas.
- Os visitantes que ficaram alojados na área dos parques optaram pelos empreendimentos turísticos da tipologia Turismo Rural.
- Uma grande maioria dos visitantes tem conhecimento de estar num parque natural e já tinham visitado outras áreas protegidas nos últimos dois anos.
- O motivo principal da visita foi visitar o parque em si, o contacto com o meio natural e desfrutar da paisagem. Estes resultados são um indicador que os visitantes procuram, fundamentalmente, descanso e o contacto com a natureza.
- As atividades realizadas pelos visitantes foram diversas. Destacam-se a observação da fauna e flora, estar em contacto com o meio natural e visitar o parque.
- Os visitantes atribuem um grau muito importante à existência de áreas protegidas em Portugal e fundamentam a sua opinião pelo facto de as áreas protegidas contribuírem para preservação e conservação da biodiversidade.
- Na satisfação resultante da visita aos parques verificamos que, na generalidade, os visitantes ficaram muito satisfeitos com a visita.
- Relativamente aos diversos itens relacionados com esta proposição, nomeadamente “qualidade

ambiental”, qualidade de vida”, “atratividade dos parques”, igualmente se manifestaram satisfeitos.

- Em questões relacionadas com o desenvolvimento do turismo em áreas protegidas e outras questões afins constantes no inquérito por questionário os visitantes manifestaram opinião satisfatória.

O perfil de visitante que se apresentou é muito heterogéneo tendo em consideração o sexo, idade, profissão, nível de escolaridade, as motivações da visita e atividades realizadas. É de ressaltar que estão representados quase na sua totalidade todos as classes etárias e estruturas familiares.

Relativamente aos empreendimentos turísticos e empresários, concluímos que são, predominantemente, empreendimentos turísticos da tipologia Turismo em Espaço Rural. Este aspeto poderá estar relacionado com as características rurais dos territórios onde estão localizados os parques e, decorre daí, a adesão a esta tipologia de empreendimentos turísticos.

Verificamos pela natureza jurídica dos empreendimentos turísticos que são, na maioria, unidades em nome individual e sociedades por cotas.

Trata-se de empreendimentos turísticos de reduzida dimensão no que concerne ao número de quartos e camas existentes.

Os responsáveis dos empreendimentos turísticos são indivíduos com formação académica de nível secundário (mais frequente) e, uma grande maioria, não possui qualquer formação específica na área do turismo. Ambos os segmentos consideram muito importante a existência dos parques naturais.

Alguns responsáveis consideram que o turismo nas áreas em estudo está desenvolvido e outros manifestam opinião de que a atividade turística é pouco desenvolvida.

No que concerne à opinião dos empresários sobre o desenvolvimento do turismo nos parques, nomeadamente na criação de emprego, atração de mais investimento, oportunidades de emprego ou contacto com o património natural, constatamos que atribuem um grau de importância elevado a estes aspetos.

Quanto à implementação de medidas para desenvolvimento do turismo, verificamos que os empresários consideram muito importantes, entre outras, as medidas que se destacam: - proteção e valorização dos recursos turísticos, melhoria da gestão dos recursos naturais e culturais, a informação turística e implementação de projetos de desenvolvimento turístico.

Dos resultados do estudo efetuado junto das associações locais, constatamos que se trata de instituições cujas principais atividades que desenvolvem são, fundamentalmente, ligadas ao recreio e lazer, atividades culturais e desportivas e com implementação ao nível da freguesia onde a associação está localizada.

Sobre o grau de importância da existência dos parques verificamos opiniões que passam pela classificação de muito importante (9 associações) e igual número de associações que atribuíram nenhuma importância.

Foi manifestada, por uma grande percentagem de associações, a opinião de que é nada ou pouco importante o contributo do parque para desenvolvimento económico e social da região e consideram, também, que o turismo está muito pouco desenvolvido nas áreas dos parques.

Constatamos que o património natural, cultural e os eventos culturais são os aspetos que as associações consideram mais relevantes nos parques.

A criação de oportunidades de emprego, a atração de investimento, a criação de oportunidades de negócio e o contacto com o património natural foram áreas distinguidas na apreciação das associações, no que se

refere ao desenvolvimento do turismo.

Com base naquilo que constituiu o trabalho de investigação, julgamos poder definir um conjunto de medidas essenciais a ter em conta na estruturação de quaisquer projetos turísticos sustentáveis, no PNM e PNDI:

Embora tenhamos a consciência do inesgotável manancial de informação existente sobre turismo sustentável, educação ambiental não poderemos trazer para este trabalho tudo o que estudamos, compilamos e investigamos, consideramos, no entanto, que é suficiente para apresentar um conjunto de medidas que possam contribuir para um desenvolvimento sustentado no PNM e PNDI.

Otimização de “mentalidades” atinentes a melhorar a sua adesão a uma atuação inovadora relacionada com o turismo sustentável. Existem já, nas áreas dos parques, alguns bons exemplos, resultado do que aqui preconizamos para a generalidade destas instituições;

Identificação e Inventariação dos recursos com potencial turístico nos parques que possam ser melhorados de forma rentável em favor destas estruturas. Estes recursos devem ser baseados no património cultural das comunidades locais, biodiversidade dos parques e potencialidades económicas que contribuam para o desenvolvimento sustentável das populações locais;

Promover a distribuição equilibrada de recursos por todos os municípios que integram os Parques, para evitar uma eventual concentração da procura turística em determinadas áreas, com preterição de outras;

O turismo, através das suas atividades, pode ser um meio para promoção da educação ambiental formal e não formal. Neste contexto, a elaboração de um programa de educação ambiental, associado ao turismo sustentável, dirigido às populações locais que vise o seu envolvimento no desenvolvimento sustentável dos parques naturais.

Investir no desenvolvimento da oferta turística no domínio dos empreendimentos turísticos de qualidade. Aqui queremos referir-nos, preferencialmente, às seguintes áreas;

Otimização das estruturas de alojamento, quer em quantidade quer em qualidade, para atrair, segundo pensamos, visitantes mais selecionados e que tragam mais-valias financeiras para a região;

Promover e assegurar melhor formação quer aos empresários quer aos colaboradores dos empreendimentos turísticos para que a boas práticas da ação turística constituam, também, fator atrativo;

Fomento da criação de parcerias com associações existentes nos parques com vista à instituição de programas de educação ambiental com o objetivo de enriquecer as experiências dos visitantes através de atividades que podem ser articuladas com os agentes privados e públicos que atuam na área;

Implementar métodos e técnicas de planeamento, gestão, avaliação e monitorização do turismo para que garanta a sua sustentabilidade.

Criação de publicações de divulgação, nomeadamente guias de áreas protegidas, guias de fauna e flora, património natural e cultural acerca das áreas protegidas;

Promover em estreita colaboração com os municípios e as associações o interesse e envolvimento das populações para ajudarem a “ressuscitar” o património cultural. Julgamos que este importante acervo ainda existente pode despertar interesse adequado aos visitantes mais próximos desta área específica e despertar às referidas populações maior aproximação aos responsáveis dos parques, principalmente se destas ações lhe advierem proventos financeiros;

Incrementar uma sólida oferta turística estabelecendo parcerias com agentes turísticos existentes.

Aqui julgamos que cabe a promoção da criação de entidades (empresas de animação turística) que, dentro dos limites dos parques, possam criar e desenvolver atividades turísticas, nomeadamente visitas guiadas, percursos pedestres, educação ambiental. O que preconizamos passa pela seleção cuidada e bem adequada da oferta turística, através da escolha dos visitantes alvos, equilibrando as disponibilidades com as preferências manifestadas;

Julgamos muito importante que todas as entidades, individuais ou coletivas, promotoras do desenvolvimento do turismo sustentável e associações ligadas de alguma forma aos mesmos projetos tenham consciência da valia da educação ambiental num empreendimento com o desenho do que vimos preconizando;

A implementação de modelos de desenvolvimento sustentável do turismo e educação nos parques naturais de Montesinho e Douro Internacional não é um processo que possa concretizar e curto e médio prazo. O alcance da sustentabilidade pressupõe um percurso lento, de longo prazo em que é fundamental a envolver todos os intervenientes.

Consideramos que as medidas propostas são suficientes para fundamentar a elaboração de um projeto de desenvolvimento de turismo sustentável e educação ambiental sem, contudo, esgotar as possibilidades de otimização do trabalho.

## **Bibliografia**

Angelevska-Najdeskaa, K. & Rakicevik, G. (2012). Planning of sustainable tourism development. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 44, 210-220.

Butler, R. W. (1999): Sustainable tourism: A state-of-the-art review. *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*, 1 (1), 7-25.

Castro, J. P. R. (2004). Parque Natural Douro Internacional/Arribes Del Duero - Territórios Transfronteiriços – Suas Dinâmicas. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.

Dudley, N. (2008). *Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas*. Suiza: Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza y de los Recursos Naturales.

Eagles, P. F. J., McCool, s. F. & Haynes, C. D. (2002). Turismo sostenible en áreas protegidas: Directrices de planificación y gestión. Madrid: Organización Mundial del Turismo.

Mangano, S. (2005). *El turismo en los espacios naturales protegidos. análisis de los objetos de consumo turístico y del comportamiento de los turistas en los parques naturales de Liguria*. Tesis Doctoral. Girona: Universitat de Girona.

Ministério do Ambiente (1999). Estratégia Nacional de Conservação e da Biodiversidade - Documento Preliminar para Discussão Pública. Lisboa: Ministério do ambiente.

Organización Mundial del Turismo (2004). *Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations - A Guidebook*. Madrid: Organización Mundial del Turismo.

Organización Mundial del Turismo (1999). *Guía para Administraciones Locales: Desarrollo Turístico Sostenible*. Madrid: Organización Mundial del Turismo.

Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente & Organización Mundial del Turismo (2006). *Por un Turismo más sostenible - Guía para responsables políticos*. Espanha: PNUMA/OMT.

Sharpley R. (2010). The Myth of Sustainable Tourism. *CSD Working Papers Series 2009/2010*, 4, 1-14.

United Nations Environment Programme (2003). *Environmental Education Framework - Creating an Environment to Educate about the Environment*. Osaka: International Environment Technology Centre.

### **Legislação**

Decreto Regulamentar n.º 8/98, de 11 de Maio. *Diário da República n.º 108/98 I Série-B*. Ministério do Ambiente.

Decreto Regulamentar n.º 5-A/97, de 4 de Abril. *Diário da República n.º 79/97 I Série-B*. Ministério do Ambiente.

Resolução n.º 53/96, de 17 de Setembro. *Diário da República n.º 97/96 I Série-B*. Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-Lei n.º 19/93 de 23 de Janeiro. *Diário da República n.º 19/93 - I Série-A*. Ministério do Ambiente e Recursos Naturais.